

**UM CLÁSSICO REEDITADO:
O ARQUIPÉLAGO DOS AÇORES NO SÉCULO XVII.
ASPECTOS SÓCIO-ECONÓMICOS (1575-1675)
DE MARIA OLÍMPIA DA ROCHA GIL**

João Teles e Cunha

Volvidos quase quarenta anos da primeira edição do livro de Maria Olímpia da Rocha Gil, *O Arquipélago dos Açores no século XVII. Aspectos sócio-económicos (1575-1675)*, a Secretaria Regional de Educação e Cultura, decidiu reimprimi-la no âmbito da publicação das obras completas desta autora iniciada em 1997 sob a coordenação de Artur Teodoro de Matos. Está prometido para breve um terceiro volume para incluir os restantes estudos de Maria Olímpia da Rocha Gil dispersos em revistas, actas de colóquios e obras colectivas, cujo acesso e consulta nem sempre é fácil nem cómodo. O objectivo é tornar disponível ao público interessado um conjunto de textos relevantes sobre a história açoriana e atlântica, os quais alicerçaram muito do que apareceu na sua esteira após 1980. Os seus textos possuem, ainda hoje, interesse pela informação a respeito do mundo social e económico insular, campo desbravado por Maria Olímpia da Rocha Gil com perseverança e labor desde 1970, graças a um exaustivo levantamento documental efectuado pela autora nos arquivos açorianos.

O actual desenvolvimento da história açoriana e o vigor dos estudos sobre o Atlântico, todo um mundo que soma novos títulos cada ano que passa, obriga a contextualizar a obra em apreço para o leitor hodierno perceber quanto o mundo científico mudou nos cerca de quarenta anos que nos separam da sua primeira edição no já longínquo ano de 1979, a fim de perceberem o seu alcance actual e as circunstâncias da época em que foi publicado.

Em primeiro lugar há uma condicionante pessoal, dado Maria Olímpia da Rocha Gil nunca ter desejado, por vontade própria, seguir uma carreira universitária que, à época, era a forma natural de investigar e produzir cientificamente em Portugal, com exceções que não interessa aqui esmiuçar; pelo que a sua pesquisa se fez ao ritmo do tempo deixado livre entre os seus afazeres profissionais como professora liceal, as tarefas familiares de esposa e de mãe, e o desmontar e montar de casas numa peregrinação domiciliar que a levou de Angra para Ponta Delgada e dos Açores para o Continente. Os dados biográficos podem parecer irrelevantes, não se desse o caso do livro em apreço revelar imediatamente, mesmo ao leitor mais distraído, a quantidade e a qualidade dos fundos documentais cuja enorme informação foi acarreada para as suas páginas, mostrando a fibra, o empenho e o gosto da autora pela história sem ser profissional do mester. Para mais, os arquivos por si usados nem sempre tinham horários condizentes com as suas ocupações familiares e profissionais, já para não falar das condições de consulta, catalogação e conservação dos documentos deixarem a desejar. Por outro lado, a partir do momento em que se instala no Continente, os principais fundos arquivísticos ficaram fora do seu alcance imediato para os conferir ou seguir novas pistas. Por isso, talvez, recorresse a uma rede de investigadores locais para suprir lacunas ou acrescentar novos dados, como se pode constatar a respeito do inventário de bens do aristocrata micalense Francisco Taveira da Neiva datado de 1624 (pp. 157-158), cujos elementos lhe foram fornecidos por Hugo Moreira, membro dessa rede de 'informadores' repartida entre a Terceira e São Miguel, a quem de resto a autora agradece no 'Prólogo' (cf. p. 4).

Em segundo lugar, convém recordar que, ao tempo da publicação do livro de Maria Olímpia da Rocha Gil em 1979, não abundavam estudos sobre a História dos Açores, particularmente no campo da história económica e social, sendo uma das exceções o artigo de José Guilherme Reis Leite sobre os Fisher por si citado (p. 266), conforme se pode comprovar mediante consulta das notas e também da bibliografia usada, em boa hora acrescentada a esta edição. Tal obrigou-a, na maior parte dos casos, a partir do zero para reconstruir a economia e a sociedade açoriana, tanto mais que resolveu caracterizar o seu objecto de estudo ultrapassando o limite cronológico imposto por si,

1575 e 1675, recuando inclusive à segunda metade do século XV e avançando até 1690. Em contrapartida, o seu esforço veio a beneficiar a renovação historiográfica verificada a partir da década de 1980 no campo da História Açoriana, sobretudo a produzida na Universidade dos Açores, da qual dá suficiente conta Artur Teodoro de Matos na sua ‘Nota Introdutória’ (cf. p. V).

Por fim, recordar que a autora não dispunha dos meios informáticos tão vulgares hoje em dia, que nos esquecemos da necessidade sentida então de transcrever documentos manuscritos, elaborar ficheiros onomásticos e temáticos remissivos, dando origem a montanhas de papel que o historiador, qual alpinista, precisava de dominar para poder alcançar o cume sem perecer soterrado por uma avalanche de fichas. Actualmente tudo ou quase tudo está à distância do clique de um computador, há documentos digitalizados, e livros e artigos *on-line*, existem folhas de cálculo, etc.; mas há cerca de quarenta anos Maria Olímpia da Rocha Gil teve de lutar com a quantidade desmedida de informação recolhida por si, inédita na sua esmagadora maioria, e nem sempre conseguiu domar a vontade de a disponibilizar sem um tratamento mais cuidado que a mera transcrição, quando a elaboração de um apêndice documental teria aligeirado o texto, refinado a análise e assim facilitado a sua leitura a um público interessado. Tal, contudo, não desvirtua o valor de *O Arquipélago dos Açores no século XVII*, embora o leitor deva ir prevenido de antemão para um texto cuja narrativa não é simples nem linear.

Dito isto entremos na obra e na temática tão cara à autora a partir do momento em que sai em 1970 o seu estudo seminal “O porto de Ponta Delgada e o comércio açoriano no século XVII”, publicado na revista *Do Tempo e da História*, com o qual se afasta do anterior objecto de pesquisa em torno da História Agrícola, com as arroteias no Mondego no século XVI, e de História da Indústria, com os ‘Engenhos de moagem no século XVI (técnicas e estruturas)’, ambos de 1965. A partir de 1970, a sua investigação desloca-se definitivamente para a História Económica e Social dos Açores no século XVII, fruto da exploração feita entretanto por si dos ricos fundos documentais dos arquivos de Angra e de Ponta Delgada. Rocha Gil demora, todavia, cerca de uma década para regressar ao seu campo de eleição com o presente livro em 1979, cuja edição paga do seu bolso, e ao qual se sucedem vários artigos publicados entre 1982 e 1983 relacionados

com o espaço e a cronologia tratados previamente, mas já imbuídos de uma perspectiva metodológica renovada com a qual tira pleno partido da informação documental por si levantada, dilucidando aspectos complementares e interligados quanto a redes mercantis e à inserção do Arquipélago no mundo mercantil do Atlântico e das suas rotas comerciais. Uma vez bem alicerçado o seu objecto de pesquisa até 1690, Maria Olímpia da Rocha Gil abalança-se a avançar cronologicamente para a conjuntura seguinte mediante uma tese de doutoramento intitulada 'Negócios e investimentos nos Açores: 1690-1720', quando a morte a surpreende em 1992.

Regressemos ao artigo de 1970 para percebermos como o seu interesse pelos portos enquanto objecto histórico, de resto retomado em 'O Arquipélago dos Açores no século XVII', tem uma certa filiação com o Centro de História da Faculdade de Letras de Lisboa, dirigido à época por Virgínia Rau, com quem Rocha Gil colaborou durante a década de 1960, e onde se cruzou com Jorge Borges de Macedo, também ele interessado no estudo do movimento portuário como fenómeno económico definidor da história de um país de ampla fachada marítima como é Portugal, mas que jamais completou o prometido projecto sobre o movimento do porto de Lisboa no século XVIII. Aliás, o entusiasmo de Rocha Gil e de Borges de Macedo por este tipo de estudos mostra a influência da segunda geração da Escola dos *Annales*, bastando para tal citar a obra de Fernand Braudel e de Ruggiero Romano sobre o porto de Livorno entre 1547 e 1611, e ainda o livro de Huguette e Pierre Chaunu sobre Sevilha e o Atlântico, este de resto citado pela nossa autora no presente livro (cf. 369, 419). Mas se temos de procurar um 'mestre' para Olímpia Gil entre a segunda geração dos historiadores dos *Annales*, esse será Frédéric Mauro, cuja tese '*Le Portugal et l'Atlantique au XVII^e siècle*', publicada em 1961 na prestigiosa colecção 'Portos, rotas e tráficos' e ainda não estava vertida para português à data da edição (cf. pp. 229, 369, 451). Nela, Mauro evidencia a influencia de Braudel nas concepções de uma História de *longue durée*, da busca de estruturas onde ancorar a sociedade e a economia e, acima de tudo, uma visão do mar como meio físico e também destino e elemento simultaneamente unificador e definidor das comunidades ribeirinhas sob diversas perspectivas, que a nossa autora procurará usar sem imitar. Isso é, aliás, visível noutra obra de Mauro usada e citada por Olímpia Gil, referimo-nos à colectânea intitulada

Études économiques sur l'expansion portugaise (1500-1900), publicada de 1970, onde se incluem os artigos 'La bourgeoisie portugaise au XVII^e siècle' datado de 1958 e 'Marchands et marchands-banquiers portugais au XVII^e siècle' de 1961, nos quais se inspira metodologicamente, no primeiro para usar fontes, nomeadamente as notariais, e no segundo a tipologia social do grupo mercantil (cf. pp. 161-162). Para Olímpia Gil, contudo, inspiração não significa imitação pura e simples. Se prefere manter a terminologia social 'burguesia' enquanto categoria operatória, cedendo assim ao peso que a palavra ainda acarretava na historiografia do seu tempo, prefere descartar a tipologia tripartida de Mauro a favor das categorias seiscentistas usadas pelo P^e. António Cordeiro na sua *História Insulana* aplicada à realidade açoriana: grandes contratadores de sobrado (circuito internacional, contratadores de sobrado (armazenistas de comércio por grosso), mercadores de loja (retalhistas), aos quais acrescenta os vendeiros, a rede local de distribuidores (pp. 165-166).

Revela, desta maneira, sensibilidade à realidade social das fontes que conhece intimamente e usa profusamente no texto. Uma familiaridade por demais evidente e empregue a seu favor quando se serve de inventários para sugerir uma estratificação da nobreza e da burguesia conforme o rendimento disponível e o valor dos bens móveis e imóveis, sem contudo esboçar os escalões classificadores e diferenciadores dentro dos dois grupos. Explorando a documentação disponível, em especial os inventários, Rocha Gil revela como o território, a posição e a fertilidade de cada ilha acaba por determinar a riqueza de todos os grupos sociais aí existentes e mesmo dentro de um em particular. O exemplo do capitão-mor da Vila do Topo, Pedro Teixeira da Silveira, mostra isso mesmo, dado que a sua fortuna era constituída maioritariamente por bens fundiários, provavelmente explorados pelo próprio (cf. p. 127), quando já havia exemplos de terra-tenentes absentistas residentes no Reino ou cujas terras eram arrendadas ou administradas por feitores como em São Miguel (cf. p. 130). A autora tenta, ainda, comparar diferenciações dentro do mesmo grupo em ilhas vizinhas, caso do já mencionado Pedro Teixeira da Silva cuja roupa foi avaliada em 182\$280, uma ninharia face à indumentária de Jerónimo Brum da Silveira na vizinha ilha do Faial que, por volta da mesma época, foi apreçada em 506\$000 (pp. 128-129), ou seja quase três vezes mais. Infelizmente, talvez por querer evitar generalizações simplistas e redu-

toras, Olímpia Gil prefere não dar o passo seguinte para explorar os dados nem para explicar o seu funcionamento.

Adiante-me ao fio condutor de 'O arquipélago dos Açores no século XVII', pelo que convém regressar ao ponto de partida para se perceber a metodologia da obra, o seu alcance e a sua actualidade. Olímpia Gil prefere, em primeiro lugar, aplicar uma abordagem dupla, micro e macro, segundo a qual um elemento analisado na sua singularidade só tem compreensão, logo leitura, se contextualizado dentro de um enquadramento mais vasto. Podemos ver isso logo no seu artigo de 1970 sobre o movimento portuário de Ponta Delgada no século XVII e encontrá-lo-emos em estudos subsequentes. Donde a sua perspectiva da história açoriana conjuga o local, a evolução ao longo do tempo dá características próprias ao Arquipélago, com o geral, as Ilhas são parte integrante de um prolongado processo de construção histórica atlântica, cujo horizonte se alarga à medida que entram e saem diferentes protagonistas. Este entendimento vem-lhe do seu estudo dos portos, incompreensíveis sem o seu *binterland*, mas também ilegíveis sem as suas rotas de escoamento dos produtos da terra e entrada dos bens em falta, sendo por isso pontos de circulação de homens, mercadorias, ideias e informação.

A dupla inserção metodológica, micro e macro, esteve sempre unida ao longo processo de construção histórica atlântica, dimensão sem a qual não se pode entender o próprio devir das Ilhas. A actualidade desta visão integradora, hoje tão comum nos estudos do Atlântico, mostra um mundo inclusivo que atravessa os diversos impérios presentes neste oceano por meio de ligações pessoais e redes mercantis, chegando a tocar mesmo o Índico. O Atlântico é, sempre, o protagonista, tanto mais que as balizas cronológicas escolhidas por si, 1575 e 1675, são crises do seu sistema. No primeiro caso ligado às vicissitudes de exploração do comércio da Carreira da Índia e que vai levar à passagem da economia-mundo europeia de Antuérpia para Génova no Mediterrâneo; e a data terminal marcada pelas crescentes dificuldades do sistema comercial português ancorado no Brasil para escoar os seus produtos (açúcar e tabaco), crise apenas superada nos derradeiros anos da década de 1690 com a descoberta do ouro. Se a metodologia é dupla, micro e macro, a análise em si inspira-se na tradição dos *Annales* pela sua preferência em tratar em primeiro lugar o meio, tanto o físico como o social, surgindo em segundo lugar os

locais (o mercado físico) e a actividade comercial ligando o interior e o exterior das Ilhas; e por fim a caracterização conjuntural do todo ao ritmo da cronologia escolhida.

A riqueza da documentação coligida por Maria Olímpia da Rocha Gil permitiu-lhe ver, dentro desta perspectiva, a integração dos Açores no mundo atlântico sob um prisma duplo, no qual as Ilhas construíram um nicho de mercado em proveito do patriciado local socialmente compósito. Em primeiro lugar, o arquipélago dada a sua posição geográfica torna-se no lugar de passagem e escala de duas importantes carreiras marítimas a partir do século XVI: a portuguesa da Índia e a espanhola de Índias. A primeira carreira marítima dá lugar à criação da provedoria-mor das Armadas sediada em Angra, entregue aos Canto, discorrendo a autora com toda a minúcia de detalhes sobre as peripécias dos detentores do cargo na condução dos assuntos relacionados com o socorro e a assistência às naus de um e de outro reino (pp. 52, 372, 375, 416-418, 456-458). Posteriormente, a Carreira do Brasil soma-se ao conjunto das rotas transcontinentais ancoradas nos Açores (cf. *inter alia* pp. 452-453), acrescentando deste modo novos produtos a um negócio florescente desde Quinhentos, quando as especiarias e as demais mercadorias orientais, bem como a prata americana, eram descarregadas de forma nem sempre legal, transformando os principais portos do arquipélago numa espécie de placa giratória para os redistribuir noutras direcções mais ou menos interditas, destacando-se as rotas para a Europa Setentrional, cujos mercadores começam a frequentar e a estabelecer-se localmente, inclusive casando e pedindo a naturalização, a exemplo do inglês Timothy Townsend em 1650, cujo catolicismo terá ajudado à sua integração (pp. 245, 264-266, 439). Este papel de entreposto mais ou menos legal, mais ou menos tolerado de acesso às ricas rotas marítimas atlânticas tornou-se num dado estrutural da economia açoriana como o reconhece no fim do livro, referindo-se como D. João V, aquando da entrada em cena do ouro brasileiro, repete queixas e a exara proibições similares às feitas por Filipe I cento e cinquenta anos antes, vendo a autora no fenómeno a vitalidade das Ilhas em superar dificuldades determinadas pelas novas formas de relação económica entre a Europa e a América (pp. 468-469).

Rocha Gil mostra desta maneira a forma como os Açores se impõem como plataforma de acesso a diversas rotas atlânticas. As regionais

em primeiro lugar, voltadas para os arquipélagos vizinhos da Madeira e das Canárias, escambando produções próprias (vinho, trigo, farinhas) por mercadoria de fora (prata, açúcar e têxteis), ligações estas que sobrevivem mesmo à Restauração por uma questão de complementaridade e solidariedade de tráficos legais e ilegais, aventando a autora a hipótese das comunidades mercantis estrangeiras servirem de intermediários em período de quebra de comunicação, citando o exemplo do trato de vinhos feito pelo negociante inglês Christopher Williams entre Tenerife e São Miguel por essa época (pp. 435, 455). Em segundo lugar, os Açores inserem-se nas rotas portuguesas em direcção ao Atlântico Sul, incluindo às vezes as duas margens, a africana e a americana, trocando os seus produtos (farinhas) e os da Madeira e Canárias (vinhos e aguardentes), pelo açúcar, com o qual alimenta os trajectos comerciais em direcção aos arquipélagos vizinhos e obtém os têxteis do Norte da Europa (cf. pp. 435-442). Por fim, assinalar a sua participação nos itinerários comerciais ingleses no decurso do século XVII, servindo de intermediário no comércio triangular efectuado entre a Inglaterra, a Nova Inglaterra e o Caribe (pp. 112-113, 465), papel medianeiro também evidenciado pela presença de uma comunidade mercantil inglesa em solo açoriano, de que dá amplo testemunho por via dos contratos notariais onde aparecem os seus nomes estropiados em grafia portuguesa: caso de John Rolls, John Golding, Thomas Griggs, James Thomas, Edward Newman, outro inglês casado com uma portuguesa chamada Maria de Paiva (p. 230), entre tantos outros. O papel e o peso dos negociantes ingleses, de resto, cresceu no comércio açoriano ao longo do século XVII, lançando outras comunidades estrangeiras como a francesa para a sombra, especialmente após o Tratado de Westminster de 1654 e mau-grado as limitações ensaiadas pela Coroa a partir de 1657, deixando o Arquipélago perigosamente dependente do seu tráfico, como se veio a verificar a finais de Seiscentos, quando surgem rotas alternativas, os mesmo produtos passam a ser obtidos noutros pontos e a recessão da economia portuguesa lança o arquipélago na crise (pp. 435-442). Estará esta preponderância inglesa relacionada com a rarefacção dos homens de negócio continentais nos Açores no terceiro quartel de Seiscentos conforme assinala a autora?

A segunda face do prisma da inserção açoriana no comércio do Atlântico vem pela riqueza gerada na terra, o pastel e o trigo, cuja

comercialização permitirá a consolidação do rendimento do patriado insular, pelo menos até finais do século XVII, quando a concorrência de outras fontes de abastecimento lança a produção e os circuitos comerciais insulares em crise (pp. 350-351, 454). No caso do pastel, de cujo trato Maria Olímpia da Rocha Gil tem dados para São Miguel traduzidos em valiosas tabelas (pp. 356-363), o declínio da produção é anterior ao do trigo, basta ver os totais da tintureira exportados pelo porto de Ponta Delgada que em 1676 representava apenas 3,48% do valor obtido em 1620 (p. 355), isto sem entrar em linha de conta com a inflação. Mas enquanto o pastel tem maior saída para os centros têxteis da Europa Setentrional, os mesmos que depois enviam os seus panos para as Ilhas, o trigo e as farinhas tem um horizonte atlântico mais próximo no abastecimento das praças marroquinas e depois de 1640 nos contratos de provimento para o exército português em guerra até 1668, onde emergem as poderosas figuras de grandes contratadores pertencentes a famílias cristã-novas como Álvaro Fernandes de Elvas, o seu filho Diogo Fernandes Penso e o seu sobrinho Fernão Rodrigues Penso no terceiro quartel do século XVII (pp. 255, 444-446). Como assinala a autora, são pessoas com ligações ao meio açoriano, pois contratadores de cepa cristã-nova como Diogo Rodrigues Lisboa e o seu filho Jorge Gomes de Álamo tinham João da Fonseca Chacón como seu feitor na praça de Angra (p. 444). Talvez este domínio dos grandes tratantes e contratadores cristãos-novos no comércio externo dos Açores seja a causa da rarefacção dos homens de negócio continentais no arquipélago, pois a perseguição que os vitimou no terceiro quartel de Seiscentos coincide em pleno com este fenómeno conforme descrevem os estudos de David Grant Smith (1975) e Carl A. Hanson (1981), historiadores do Atlântico cuja obra a nossa autora, infelizmente, não estava a par.

Não se pense, contudo, que o trato é apanágio e está apenas na mão de cristãos-novos, pois também envolve os estamentos privilegiados, como Rocha Gil mostra ao usar um acerto de contas entre Gaspar Brum da Silveira e a sua irmã Margarida da Silveira, para revelar todo um circuito atlântico entre o arquipélago, o Brasil, Lisboa, Inglaterra, Flandres e Sevilha; onde de resto reside e comerceia em trigo outro membro da família, Baltasar Brum da Silveira (pp. 223-224). A comercialização da produção agrícola torna a luta pela posse da terra num facto indiscutível ao longo da centúria seiscentista, tanto mais que os

comerciantes açorianos emulam o modelo de comportamento aristocrático ao adquirirem propriedades e o estatuto de fidalgo, sendo a carreira do angrense João de Ávila o exemplo clássico de uma ascensão social perfeita (pp. 175-180, 185-197).

A sua sensibilidade às fontes intimamente conhecidas e profusamente exploradas no texto, novamente os inventários em particular, serve-lhe para sugerir uma estratificação da nobreza e da burguesia de acordo com o rendimento disponível e o valor dos bens móveis e imóveis, sem contudo esboçar os respectivos escalões classificadores, nem mesmo entre o grupo mercantil dividido por si em quatro estratos (casos de Domingos Aguiar em Ponta Delgada e de João de Ávila e João Cordeiro em Angra, apresentados como três percursos exemplares no século XVII, cf. pp. 173-199).

A primeira parte do livro em apreço está dedicada à caracterização do meio físico das Ilhas e da sociedade, sendo estas as páginas mais conseguidas dada a riqueza de dados, sobretudo os referentes à nobreza e à burguesia, porque, em contrapartida, temos uma imagem menos nítida dos estratos rurais e os urbanos pobres dada a natureza da documentação usada por si para caracterizar os grupos sociais: os registos notariais, com destaque para os testamentos. A massa documental usada e os arquivos frequentados também fornecem visões diferenciadas, necessariamente mais nítida na Terceira e em São Miguel, subsidiariamente no Faial e em São Jorge, enquanto as restantes ilhas ficam desfocadas quanto mais periféricas são quase olvidadas. Para além da descrição o que interessa são as conclusões que Olímpia Gil vai alinhavando ao correr da pena. Em primeiro lugar, a autora não vê a nobreza nem a burguesia como categorias sociais estanques nem estáveis, por possuírem dinâmicas que estabelecem diferenças internas e externas, em boa parte ditadas pelo paradigma de posse da terra, mas também pelo rendimento proveniente da sua comercialização que, paradoxalmente, acaba por consolidar a aristocracia, em especial a titular no caso dos condes de Vila Franca, da Ribeira Grande depois de 1662 (pp. 108-113). O 'estado' nem sempre é fácil de manter, nomeando a autora o declínio político e social dos Dutra no Faial no século XVI (cf. p. 48) e também citando reveladoramente o capitão-donatário de São Miguel Rui Gonçalves da Câmara ao dizer: "porque ho homem como eu, por mais renda que tenha, se nom vay a Jndia nam pode ser pode-

roso pera ter dinheiro” (p. 79). Como o refere, a nobreza compete pelas nomeações de cargos públicos e alguns nobres encetam carreiras que os afastam dos Açores, entrando nos circuitos burocráticos do Reino e do império (pp. 49-50). A sua investigação também põe de manifesto as alianças feitas entre a nobreza local por meio do casamento, as quais ultrapassam a ilha de residência estendendo-se à vezes ao resto do Arquipélago, e ainda à Madeira e às Canárias, a exemplo dos Câmaras, dos Ornelas e dos Bethencourt (*passim* 43-44, 80-101, 104-158).

De resto, as alianças matrimoniais e a estratégia de tomada e repartição do poder também foram usadas pelo grupo mercantil, cujo desejo de ascensão social é minuciosamente referido por Maria Olímpia da Rocha Gil, mostrando processos que duram duas e três gerações com a passagem de mercador a cidadão, oficial de milícias, cavaleiro de Ordem Militar, depois a posição honorífica (cavaleiro fidalgo ou fidalgo da Casa Real), terminando com Familiar do Santo Ofício, como forma de segurança no tocante a limpeza de sangue (p. 166), sendo o caso mais paradigmático apresentado por si o já mencionado João de Ávila. Os dados apresentados em ‘O arquipélago dos Açores no século XVII’ antecipam, de certa forma, os estudos sobre a ‘gente de governança’, como lhes chama usando a terminologia das fontes, os quais emergem com força a partir de meados da década de 1980, onde uma nova história institucional renovada por António Manuel Hespanha ligou estes fenómenos à luta pelo poder político, social e económico por parte da elite, que a nossa autora ainda grafa sintomaticamente à francesa, com os conflitos jurisdicionais entre o estado central e os municípios. Olímpia Gil preserva, ao contrário de alguns estudo das elites locais, a dimensão da sociedade como um todo na sua análise. Não admira por isso que, grosso modo, a elite nobre ou ‘burguesa’ partilhe objectivos, sendo o caso mais gritante a forma como a maioria optou pela União Dinástica em 1580 para posteriormente se aliar aos Bragança aquando da Restauração de 1640 conforme nota (p. 428).

A contrapartida desta ‘fome de terra’ sentida pela nobreza e burguesia, e corporizada em morgadios e capelas, manifesta-se no custo social das duras exigências de pagamento feitas aos rendeiros na casa dos cinco moios de cereal por um moio de terreno, do qual já se queixava Gaspar Frutuoso como excessivo e irrealista para o seu tempo,

quanto mais para o século seguinte (p. 307). A comercialização da produção agrícola realizada por esta elite, cujas receitas a sustentam, também afecta as camadas populares indirectamente no abastecimento, ao desencadear uma luta permanente entre os proprietários e mercadores desejosos de exportar para lucrarem com o seu trato e, por outro lado, as câmaras que querem assegurar a sobrevivência dos grupos sociais com menos rendimento. Maria Olímpia da Rocha Gil conta com detalhe as manobras dilatórias para impedir a exportação de alimentos antes dos portos fecharem no Inverno, o armazenamento apressado, a manipulação de preços e a saca do cereal até à última hora, as carências posteriores e as recriminações dos oficiais camarários, a necessidade de importar trigo e farinha de ilhas vizinhas a valores mais elevados (pp. 308-319). Tudo isto explica e está detrás, como o nota a autora, da explosão de uma série de revoltas sociais no arquipélago, com destaque para as verificadas em São Miguel em 1643 e em 1695 (pp. 323-328).

Nada deste mundo produtor e mercantil é possível sem os portos, dedicando Rocha Gil algumas das melhores páginas do seu livro às urbes portuárias açorianas, bem como as valiosas tabelas com o movimento registado no ancoradouro de Ponta Delgada entre 1620 e 1686 (pp. 352-353). A autora vê os portos como nós de ligação entre as ilhas e pontos de articulação na vida de um oceano que une três continentes. Mas nem todos os portos açorianos são bons embarcadouros, estando os melhores virados a Sul (Angra, Ponta Delgada e Horta) e orientados para poente, de onde vêm as riquezas das sucessivas carreiras que aportam aos Açores (da Índia, de Índias, do Brasil), e nascente, para onde escoam produtos próprios e alheios (p. 333). De seguida esboça uma tipologia de urbe portuária balizada por edifícios que representam instituições: a Coroa com o forte junto ao mar para proteger a cidade dos ataques externos que lhe cobiçam as riquezas, mais o cais e a alfândega, para taxar a circulação comercial, mais acima está a Igreja com a matriz e o convento Franciscano (no século XVI e no XVII surge a novidade representada pela igreja e o colégio da Companhia de Jesus), e no meio encontra-se a praça com a Casa da Câmara, representando a governança local; e como eixo unificador entre o poder municipal e o régio aparece a Rua Direita, a via dos mercadores. A autora assinala a modernidade desta urbe de planta em quadrícula e embora não o

enuncie sugere a dualidade entre uma cidade baixa e uma cidade alta, de certa forma típica do urbanismo português noutras parte do Atlântico (cf. pp. 333-336). A riqueza descritiva e modelar do retratado beneficiaria se tivesse feito um mapa assinalando a tipologia ensaiada por si nas três cidades referidas atrás, pois quem não esteja familiarizado com a geografia da cidade-porto açoriana, Angra em especial, fica a perder.

Quem conhece 'O arquipélago dos Açores no século XVII' reparou na inversão feita por esta recensão do texto da autora, a qual parte da caracterização do meio físico e humano para a economia, entendendo esta como actividade organizadora da e organizada pela sociedade. Não o fiz de propósito, mas sim porque os elementos aportados por Maria Olímpia da Rocha Gil para a História Social são talvez a parte mais importante do livro, inclusive por recuar na sua análise até aos anos matriciais de 1450 a 1480 a respeito da fixação e organização da população no arquipélago (pp 35-48). Esta, aliás, não cessa de aumentar, mais do que duplicando entre 1587 (*ca.* 33 811 habitantes) e 1695 (85 166 residentes), com a distribuição demográfica de então a ser mais ou menos parecida com a actual, destacando-se já São Miguel como a ilha mais populosa, mas Angra continuava a ser o centro urbano com mais habitantes (7 393) a finais do século XVII (p. 349). O rápido crescimento da população, explica a emigração para o Novo Mundo logo em Seiscentos de modo a aliviar a pressão demográfica na sequência de episódios vulcânicos, a exemplo da erupção registada no Faial em 1672 (pp. 31-32), e por já não ser possível manter tantas bocas com os recursos disponíveis (pp 30-34).

Esta é uma leitura de 'O arquipélago dos Açores no século XVII' entre as muitas possíveis, mostrando a sua utilidade passados quase quarenta anos da sua publicação dada a riqueza de informação contida nas suas páginas, que ainda hoje interpela o investigador e o animam a explorar os temas, os grupos sociais e os indivíduos aprofundando o estudo de Maria Olímpia da Rocha Gil. Certos aspectos, como a profusão de dados e as extensas citações no corpo de texto nem sempre facilitam a leitura, donde a feitura de tabelas com a informação quantificada e a transcrição de fontes em apêndice documental talvez ajudasse o leitor. Uma ou outra concepção e interpretação podem ter sido ultrapassadas com a usura do tempo e a passagem de modas

históricas, a par do entretanto apurado por investigações posteriores a 1980, mas ‘O arquipélago dos Açores no século XVII’ adquiriu o estatuto de clássico da historiografia açoriana e atlântica, garantindo assim a sua perenidade e a justeza da sua reedição.

Maria Olímpia da Rocha Gil: *O Arquipélago dos Açores no século XVII. Aspectos sócio-económicos (1575-1675)*, in *Obras Completas de Maria Olímpia da Rocha Gil*, vol.II, Angra do Heroísmo: Secretaria Regional da Educação e Cultura, 2016, IX+544 pp, mapas, tabelas, índice analítico, ISBN: 978-972-647-317-6.